

Presentes:

Membros do Conselho:

Adalberto Sabino – CORESAN Paranavaí; Adriane Leandro – SESA; Aline Fazan Cioni Guimarães – SEJU; Ana Carolina Pedroso de Almeida – IDR-PR; Cristielen Rizzon Massaroli – CORESAN de Dois Vizinhos; Davi de Abreu Rocha – CORESAN Jacarezinho; Dóris de Fátima Iastrenski – CORESAN Guarapuava; Fernanda Pereira Cardoso – CORESAN Cianorte; Jaciara Reis Nogueira Garcia – CORESAN Toledo; Janaiara Moreira S. Berbel – CORESAN Campo Mourão; João Humberto de Castro Júnior – ADAPAR; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Luciana de Fátima Alonso Kaiser – CORESAN Pato Branco; Marcelo Inácio Stelmach – CORESAN União da Vitória; Márcia Cristina Stolarski – SEAB; Maria Isabel Pereira Corrêa – CORESAN Ponta Grossa; Marli Terezinha Dalmolin – CORESAN Laranjeiras do Sul; Marilze Brandão de Assis – CORESAN Maringá; Maurício Barcellos Degelman – CORESAN Curitiba; Michele Cristina Ribeiro – SEDEF; Murilo Wendel Luiz - SANEPAR; Ronaldo Juliano Pavlak – ITAIPU Binacional; Rosângela Mara Slomski Oliveira – SEED/FUNDEPAR; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Tatiana Marin – CORESAN Apucarana; Tatiani Macarini - SEMIPI

Outros Participantes: Afonso Takao Murata – UTFPR; Alzimara Bacellar – Federação Mulheres PR; Ana Carolina Brolo de Almeida – CAOPDH/MPPR; Daniele Priscila da Rosa – SEAB/DESAN; Fátima Kleina – SESA/PR; Ingridy Gonzales – SESA/PR; Isabela Vaz Silva – SESA/PR; Jackerson Menequelli – SEAB/DESAN; João Vitor Ramos Soares – SESA/PR; Luiz Gonçalves – AOPA; Nathalia Simões – SEAB/DESAN; Paola Casagrande – SEAB/DESAN; Rafaela Terezinha Marioti – SESA; Roselene Sonda - Assistente Social do CAOPJDH/MPPR; Solange Soprani – SEAB/CORESAN.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura solene com mesa de autoridades
2. Aprovação de pauta e ata
3. Novas regras do PAA federal – Sra. Leila Klenk/Coordenadora do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Familiar do Paraná
4. Novo edital do Programa Coopera Paraná – Jefferson Meister/DEAGRO/SEAB
5. Novo edital do Programa Compra Direta – Márcia Stolarski/DESAN/SEAB
6. Relato CPCE/CONSEA nacional – Presidente Roseli Pittner
7. Relato Coresans sobre as conferências regionais
8. Organização da Conferência Estadual de SAN.

1 **Memória:** Dando início à reunião, a presidente do CONSEA Roseli Pittner dá boas-vindas aos
2 presentes, agradecendo a participação de todas e todos e apresentando as pessoas que compõem a
3 mesa. Passa a palavra ao secretário estadual de agricultura e abastecimento Norberto Ortigara, que
4 comenta acerca das dificuldades pelas quais o CONSEA passa, mesmo se tratando de um conselho
5 responsável por diversas políticas públicas importantes. Ainda, o secretário parabeniza os municípios
6 e suas regionais pela realização das conferências por todo o estado do Paraná. Novamente com a
7 palavra, a presidente Roseli Pittner lê a pauta da reunião, a qual é aprovada, em conjunto com a ata
8 da reunião anterior. Em prosseguimento, passa-se a palavra à coordenadora do Ministério do
9 Desenvolvimento Agrário e Familiar do Paraná, Leila Aubrift Klenk, para que apresente as novas
10 regras do PAA federal. A coordenadora explica que houve diversos desmontes de políticas públicas
11 nos últimos anos, como a extinção do Ministério do Movimento Agrário, dos conselhos e de recursos.
12 Na troca do mandato foi constatado que a gestão anterior destinou doze milhões de reais para o PAA
13 federal, valor muito baixo para atender a demanda do programa. Quanto às mudanças, o valor para
14 quem entrega no PAA é de quinze mil reais, sendo que antes era doze, sendo que o novo contrato não
15 limita a quantidade de programas em que o produtor pode participar. Ainda, houve mudança dos
16 preços para que refletisse o valor do varejo do PAA estadual, aumentando os valores que podem ser
17 percebidos pelos produtores. A terceira mudança é a de que 50% dos responsáveis pela organização
18 dos contratos sejam mulheres. Houve também mudanças burocráticas no PAA desde 2013 com um
19 engessamento do processo de contratação, em decorrência da Operação Agro Fantasma, que prendeu
20 ilegalmente membros da CONAB e agricultores, realizando um golpe contra a agricultura familiar e
21 a agroecologia. Assim, enquanto o programa conseguia fazer uma contratação em um mês, o prazo
22 chegou a triplicar para realizar o contrato, bem como demanda mais funcionários para realizar a
23 tarefa. Quanto aos números do Paraná no PAA federal, cento e vinte e três entidades inscreveram-se
24 para fazer a venda, sendo que cem ficaram sem acesso, e isso se dá diante da ausência de prioridade
25 do Paraná perante outros estados que não estão tão adiantados nessa pauta. As vinte e três escolhidas
26 estão atualmente em fase de apresentação de documentos e credenciamento, sendo que há estimativa
27 de que até o fim de 2023 elas iniciem o processo de entrega dos produtos. Pontua que somente após
28 a devida contratação das 23 entidades e uso dos recursos destinados é que haverá novas verbas para
29 o programa. Houve também mudança das entidades filantrópicas que podem ingressar no programa,
30 dependendo de uma carta da secretaria de desenvolvimento social do município, comprovando que
31 realizam esse serviço de distribuição ou manipulação de alimentos, devendo o CONSEA agir como
32 fiscal das atividades exercidas pela entidade. Ainda, a coordenadora menciona a modalidade do PAA
33 institucional, que estipula a obrigatoriedade da compra de 30% de alimentos advindos da agricultura
34 familiar pelos órgãos e entidades diretas ou indiretas do governo federal. Comenta que em última
35 votação perante todos os ministérios houve mudança da obrigatoriedade pelo acréscimo do termo
36 “sempre que possível”, de modo prejudicial ao programa. Diante dessa mudança, a coordenadora
37 convida os membros do CONSEA para que participem do seminário do Paraná sobre o PAA, em que
38 serão sanadas as dúvidas dos participantes e será discutida a situação atual do PAA. Aberta a sessão
39 de perguntas, a conselheira Marilze, CORESAN Maringá, pergunta acerca da obrigatoriedade de
40 ingresso ao PAA institucional pelos Restaurantes Populares, sendo informada pela coordenadora que
41 não existe essa obrigatoriedade. Havendo pergunta sobre as entidades que não possuem mais de 50%
42 de mulheres, mas que contam com outros grupos prioritários como indígenas, para ingresso no PAA
43 federal, a coordenadora responde que mesmo não havendo número maior que a metade de mulheres
44 na entidade, ainda haverá uma pontuação e que poderá ser feita a venda diretamente para o comprador.
45 O professor da UFPR, Afonso Murata, pergunta qual a multissetorialidade das ações de SAN, tendo
46 em vista a contaminação do solo e das pessoas por agrotóxicos e que não se trata apenas da questão

47 agrícola, mas também da educação e da saúde. A coordenadora responde que é difícil romper um
48 lobby que está posto de tal forma, que as sementes no campo são subsidiadas e que diversos
49 agrotóxicos foram liberados, então há buscas de modo a frear essa situação, com propostas feitas com
50 base na agroecologia e nos sistemas sustentáveis. A coordenadora ainda comenta que somente haverá
51 mudanças após uma revolução política e ideológica. Finalizada a fala da coordenadora Leila Aubrift
52 Klenk, a conselheira Márcia Stolarski informa que o DERAL e a CONAB se reuniram para discutir
53 acerca do preço único para as compras institucionais do Paraná, com algumas diferenças como a
54 remuneração para o caso de entregas distantes ou de difícil acesso. Ainda, para manter o preço sempre
55 atualizado, haverá três publicações ao ano. Outro trabalho junto da CONAB será o cruzamento de
56 informações pertinentes às entidades que estão sendo atendidas pelo estado, de modo a não deixar
57 alguma entidade desamparada. Passada a palavra para Jefferson Meister (DEAGRO), coordenador
58 do Coopera Paraná, para que comente sobre o novo edital do programa, publicado em 27 de agosto
59 de 2023, com fechamento em 11 de outubro de 2023. Explica que o programa foi iniciado em 2019
60 com o propósito de fortalecer o cooperativismo da agricultura familiar do estado do Paraná e para
61 isso o programa conta com diversas políticas públicas e normas. A política pública possui 4 eixos,
62 como assistência técnica; formação e educação do cooperativismo; comercialização; e apoio e
63 instrumentos de política pública. Dessa forma, o Coopera Paraná busca a ampliação do mercado para
64 os produtores da agricultura familiar, institucional e privado, e isso se dá pelo repasse de recursos
65 financeiros às cooperativas e associadas, que inclusive são as gestoras financeiras. Devem as
66 entidades seguir algumas regras para o ingresso, sendo vedada a participação de cooperativas e
67 associações que tenham faturamento anual superior a 40 milhões de reais, o que é verificado pela
68 avaliação dos faturamentos dos três últimos anos. O valor financeiro da chamada pública é de R\$
69 31.500.000,00 (trinta e um milhões e quinhentos mil reais), com distribuição entre as entidades,
70 dependendo dos projetos e faturamentos, sendo o repasse de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)
71 para associações com faturamento de até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), R\$ 2.000,000 (dois
72 milhões de reais) para associações com faturamento acima de seiscentos mil reais. O projeto precisa
73 ter, ao menos, 20 agricultores familiares, bem como que mais da metade da matéria prima deve ser
74 utilizada à finalidade do projeto. Quanto ao novo edital do Coopera Paraná, Jefferson relata que há
75 105 cooperativas beneficiadas e 71 associações, sendo que as já contempladas possuem uma limitação
76 nos valores repassados, de modo a inserir cooperativas e associações novas. Também menciona que
77 os novos participantes deverão prestar contas não somente ao Tribunal de Contas, mas também à
78 SEAB e que há limitação dos fins que o recurso pode ter, sendo vedado para adquirir terrenos e
79 imóveis, taxas de administração, tarifa bancária, pagamento de setor público, compra de agrotóxicos,
80 compra de materiais e contratação de serviços de construção em imóveis particulares, aquisição de
81 veículos de passeio, etc. Além dos critérios de faturamento, serão utilizados outros, como categoria e
82 IDH do município. Iniciada a sessão de perguntas, a conselheira Marli questiona se uma associação
83 com R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) que atende 83 propriedades, buscando viabilizar do
84 valor para 50% coletivo e 50% individual, contemplando 20 investimentos individuais com R\$
85 90.000,00 (noventa mil reais) tem possibilidade de ser selecionada para o Coopera Paraná, ao que
86 Jefferson responde que o projeto precisa ser voltado a uma quantidade de agricultores familiares,
87 podendo ser individual e coletivo e não havendo necessidade de investir em um número
88 predeterminado de propriedades. Encerrada a fala de Jefferson, o secretário executivo Valdenir
89 agradece e passa a palavra para a conselheira Márcia Stolarski para que fale do novo edital do Compra
90 Direta. A conselheira comenta que houve um mapeamento de março de 2023 para identificar os
91 municípios mais necessitados e direcionar políticas públicas como o PAA e o Compra Direta de forma
92 mais específica. Ainda, menciona que houve a publicação da Portaria MDS 906, do PAA, que trata

93 exclusivamente do atendimento da população indígena, de modo que o estado do Paraná entrou no
94 edital e vai receber R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para o atendimento a esta
95 população. De tal forma, houve pesquisa aos dados do IBGE, sendo selecionados os vinte e dois
96 municípios com o maior número de indígenas, sendo que destes há cinco que já possuem ações com
97 o Ministério Público por problemas de Insegurança Alimentar Grave, sendo eles Terra Roxa, Guaíra,
98 Santa Helena, São Miguel e Itaipulândia. Nesse edital, complementa, os indígenas podem ser tanto
99 beneficiários quanto produtores, de modo a estimular essa produção, principalmente nos municípios
100 mencionados. Explica que em Guaíra e Terra Roxa há uma grande quantidade de terras indígenas não
101 demarcadas e que a situação é complicada, visto que eles se encontram em barracas de lona no calor
102 do oeste paranaense, sem acesso a água e energia elétrica. Os conselheiros mencionam que as
103 condutas dos municípios têm cunho racial e que há um boicote a todas as iniciativas de melhoria de
104 vida dos indígenas e quilombolas. A conselheira Márcia informa que foram enviados ofícios aos
105 prefeitos para que participem do PAA e em caso de ausência de respostas, deverá ser revista a seleção
106 dos municípios. A conselheira Marilze, CORESAN de Maringá, comenta acerca da possibilidade de
107 haver alguma sanção aos municípios que não aceitarem, sendo complementado pela conselheira
108 Márcia que haverá ação do Ministério Público nesse caso. O secretário executivo Valdenir afirma que
109 houve diversas intimações do MP estadual e federal com essa finalidade e que será necessário um
110 plano alternativo de ação. Após o resultado dos ofícios, Márcia complementa, os municípios terão
111 um mês para realizar uma projeção que deve levar em consideração a situação e a necessidade dos
112 indígenas, dando como exemplo que não devem ser adquiridas folhas, visto que não faz parte da
113 cultura alimentar dessas comunidades. A presidente Roseli afirma que se trata de um recurso federal
114 e que no ano passado o CONSEA tratou o ano inteiro da situação dos indígenas, inclusive junto da
115 Itaipu Binacional, de forma que esse contato poderia ser realizado novamente, havendo diálogo da
116 entidade com esses municípios. Ronaldo, representante da Itaipu, manifestou-se no sentido de que,
117 quanto aos indígenas, a Itaipu possui um trabalho histórico, mas que não está presente em todas as
118 aldeias da região. A atual gestão está trabalhando para atender todas as aldeias da região, expandindo
119 também para todo o estado do Paraná, e isso está sendo realizado com um trabalho de pesquisa e que
120 não há ações específicas no momento, sendo que essas sugestões serão enviadas para os colegas de
121 setor. Ronaldo explicita que o comportamento dos municípios se trata de um boicote a todas as
122 questões indígenas. A conselheira Jaciara da CORESAN de Toledo manifesta sua preocupação com
123 a região, informando que há a Itaipu e o DESAN, mas que resta uma dúvida de quem pode ajudar
124 diretamente nos municípios, visto que Terra Roxa não participou da conferência regional e Guaíra
125 enviou dois funcionários do município que informaram que os indígenas não tinham interesse na
126 participação. Ainda, menciona que já houve ameaças de agressão partindo desses municípios. Em
127 resposta, foi informada que mesmo sem possibilidade de comprovação, é necessário relatar ao MP
128 que não houve participação dos indígenas, encaminhando em cópia para os municípios. Quanto à
129 insegurança física mencionada, comenta que o CONSEA poderia fazer uma carta ao MP pedindo
130 algum auxílio. Adentrando o assunto do PLC, a conselheira Márcia informa que o credenciamento
131 foi fechado e que o número de usinas foi ampliado, passando de 34 para 44, com previsão de
132 190.000.000,00 (cento e noventa milhões) ao fim do ano. Quanto aos equipamentos de SAN de 2019-
133 2020, tendo atingido 122 municípios com 255 equipamentos com o investimento de R\$
134 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). Para os novos projetos há um novo modelo de trabalho
135 que precisa ser elaborado, conforme Flávia do DESAN Curitiba começa a expor: com o novo Decreto
136 10.086/2022, já vigente no estado, há novos documentos necessários e a estrutura do plano de trabalho
137 também passou por mudanças, visto que o direcionamento anterior era voltado à compra de
138 equipamentos e que agora o projeto precisa de um detalhamento maior em relação ao

139 empreendimento e o que se espera alcançar. Flávia explica que foi enviado pelo DESAN um modelo
140 do plano de trabalho, mas que ainda há dúvidas, sendo necessária a realização de uma reunião em
141 dois dias para explicar as dúvidas remanescentes. Quanto ao Compra Direta 2023-2024, haverá mil
142 entidades e 356.000,00 (trezentos e cinquenta e seis mil) beneficiados. Houve a exclusão dos
143 temperos do programa, isto porque não é um grupo de alimentos prioritário e mesmo assim utiliza
144 6% do valor empregado a essa política pública, devendo ser priorizados as frutas, arroz, feijão e ovos.
145 Além disso, foram retirados produtos que são excessivamente caros, como a ervilha torta e o kiwi.
146 Nas novidades do Compra Direta, explica que o critério da localização será levado em consideração,
147 tendo a prioridade os mais próximos do município, e em seguida o mais próximo da regional e em
148 caso da falta desses, da região agregada. Márcia explica que o Compra Direta segue legislação federal
149 e que isso impede que o programa tenha inovações radicais, ainda, explica que o percentual de
150 aquisição do ano vigente diminuiu, mas que isso se dá pela compra maior de carne, que é um item
151 mais caro. Ainda sobre a carne, explicita a impossibilidade de comprar carne orgânica para suprir as
152 necessidades do Paraná, pela falta de produtores no Brasil. Em caso da ausência de produção de
153 orgânicos, haverá também uma pontuação das cooperativas, sendo levada em consideração a presença
154 de mulheres, indígenas e quilombolas, bem como o número de integrantes. Haverá nesse edital do
155 Compra Direta uma maior fiscalização do recebimento dos produtos, sendo retiradas algumas
156 entidades receptoras que não possuem a logística necessária. Encerrada a fala da conselheira Márcia
157 Stolarski, a presidente do CONSEA leu a carta da conselheira Nair Lúcia Jung, que manifestou seu
158 descontentamento com a falta de interseção das políticas públicas e como os recursos têm chegado às
159 regionais com o programa Paraná Mais Cidades. Explica que para esses recursos não há necessidade
160 de adesão ao SISAN, o que enfraquece a atuação do CONSEA. O secretário executivo Valdenir Neto
161 sugere que após a conferência estadual seja realizado diálogo com os deputados, podendo ser iniciado
162 com o Deputado Alexandre Curi, para comprovar que a inclusão dos municípios ao SISAN é benéfica
163 e é condicionante dos recursos, uma vez que as emendas parlamentares são destinadas aos municípios
164 que não têm adesão ao SISAN. A presidente do CONSEA, Roseli Pittner, inicia os relatos da 5ª
165 Plenária Ordinária do CONSEA Nacional e da Comissão Nacional de Presidentes dos Colegiados,
166 que ocorreu em Brasília, com a temática do combate ao racismo, intolerância e desigualdade, em que
167 estava presente a primeira-dama, que informou que o presidente Lula estará na VI Conferência
168 Nacional de SAN. Quanto ao tema da plenária, Roseli Pittner disse que não se discute a desigualdade
169 com tanta força quando deveria, e que foi cobrado na reunião que os delegados escolhidos para a
170 conferência de nível nacional estão inseridos em sistema de cotas, como indígenas, quilombolas,
171 mulheres, LGBTQIAPN+, de forma a impedir que os delegados sejam predominantemente
172 governamentais. Em Brasília ficou acertado que a presidente do CONSEA, Elisabetta Gioconda Iole
173 Giovanna Recine estará presente na VI Conferência Estadual de SAN. Na reunião houve a pauta da
174 adesão ao SISAN pelas sociedades privadas, não havendo um consenso até o momento, de forma que
175 foi retomado a fala do secretário executivo de que o CONSEA não avançou ainda mais em
176 decorrência de não ser tripartite, ou seja, com colaboração federal, estadual e municipal. O secretário
177 executivo passa a informar sobre a conferência estadual, que já tem data marcada para 7, 8 e 9 de
178 novembro e explicando os trâmites do apoio que seria oferecido pela Itaipu Binacional, tendo o
179 Governo do Estado suprido as demandas para a realização do evento. Ronaldo, representante da Itaipu
180 Binacional na plenária, manifesta-se acerca da política dos patrocínios da entidade, explicando que o
181 processo não permite exceções em decorrência do grande número de convites e ações prestadas
182 diariamente. Em seguida, iniciam os relatos das CORESAN's, com a fala do conselheiro Adalberto
183 Sabino, da regional de Paranaíba, que comenta ter participado de algumas das conferências
184 municipais, bem como alguns palestrantes do IDR-PR, e que houve muito comprometimento dos

185 municípios, que em sua maioria já aderiu ao SISAN. Jaciara, conselheira da regional de Toledo, relata
186 que houve dificuldade em questão dos públicos prioritários para o cargo de delegado, como os
187 indígenas que precisaram ser convocados diretamente pelo CAF, visto que nos municípios em que há
188 indígenas em peso não houve intenção das prefeituras do comparecimento desses grupos. Ana
189 Carolina Pedroso, conselheira do IDR-PR, colabora com os relatos informando que a conferência
190 teve muita participação, como da UNILA e da Itaipu, com 158 delegados. A conselheira Marli
191 Terezinha Dalmolin, CORESAN de Laranjeiras do Sul, informou que a regional conseguiu preencher
192 as duas vagas de indígenas nas eleições, bem como dos progressos realizados pelos indígenas
193 envolvidos no plantio de mandioca, banana e hortaliças. A conselheira Marilze, da CORESAN de
194 Maringá, explica que foi decidido entre os integrantes da regional que deveria haver apoio aos
195 municípios para que possam aderir ao SISAN, sendo que na regional formaram um grupo de 5
196 integrantes para apoiar a realização das conferências. Os integrantes dessa comissão também se
197 comprometeram a acompanhar e auxiliar no processo de adesão e estruturação ao SISAN, conforme
198 necessidade e solicitação dos municípios. Fernanda Cardoso, conselheira da CORESAN Cianorte,
199 relata que a conferência de sua regional ocorreu junto da de Umuarama, sendo que essa junção
200 ocorreu perfeitamente dentro do cronograma e foi benéfica para as duas regionais. Luciana,
201 conselheira da CORESAN de Pato Branco, afirma que houve dificuldade de levar os povos
202 quilombolas às conferências municipais, tendo havido apenas uma participação na conferência
203 regional. Após os relatos das regionais, o membro do CONSEA municipal de Piraquara, Sr. Luiz,
204 explica que foi convidado para discursar sobre a água na conferência regional, mas que não fez parte
205 da mesa, de modo que expressa seu descontentamento sobre essa decisão e requerendo cinco minutos
206 de fala na VI Conferência Estadual de SAN. Antes de abrir a votação sobre a requisição, o secretário
207 executivo Valdenir Veloso comenta que se trata de uma requisição de difícil concretização, tendo em
208 vista a agenda extensa já programada para a vindoura Conferência e que os relatos são locais e
209 abrangem somente a região metropolitana de Curitiba. A plenária votou quanto à requisição e 15
210 votos foram contrários à discussão do tema e 5 votos foram a favor do requerimento. Os votos
211 favoráveis foram dados por Maria Isabel Pereira Corrêa (União Brasileira de Mulheres – UNB),
212 Marilze Brandão de Assis (Arquidiocesana para Ações Sociais – ARAS/CARITAS), Afonso Murata
213 (UFPR), Ronaldo Pavlak (Itaipu Binacional) e Maurício Degelman (Instituto GT3). A pedido de Ana
214 Carolina de Almeida (CAOPJDH/MPPR) fica registrado em ata que houve solicitação para a
215 secretaria executiva para que a convocação e a ata da reunião anterior sejam enviadas com os demais
216 documentos no prazo estabelecido no regimento interno para o e-mail institucional do Ministério
217 Público, além do e-mail de Roselene Sonda. Sendo que o secretário executivo fez constar em ata que
218 as atas sempre são enviadas por e-mail e que são disponibilizadas no canal oficial do Conselho, que
219 é o site do CONSEA Paraná, que deve ser visualizado para que não ocorra sua extinção. Quanto ao
220 envio por e-mail, o secretário executivo afirma que o Ministério Público receberá a ata para que possa
221 ser aprovada. Os conselheiros que votaram contra a requisição foram Adalberto Sabino (Território
222 Encontro das Águas de Loanda), Cristielen Rizzon Massaroli (Cooperativa COAFAR), Kelly Franco
223 de Lima (CRN8), Tatiani Macarini (SEMIPI), Tatiana Marin (FAP), Michele Cristina Ribeiro
224 (SEDEF), Luciana de Fátima Alonso Kaiser (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de
225 Chopinzinho), Marcelo Stelmach (APMI – Associação de Proteção a Maternidade e a Infância),
226 Rosângela Mara Slomski (SEED/FUNDEPAR), Aline Fazan Cioni Guimarães (SEJU), Davi de
227 Abreu Rocha (APAFASC), Marli Terezinha Dalmolin (AFELAR), Adriane Leandro (SESA),
228 Fernanda Pereira Cardoso (Guilts Assessoria e Planejamento) e Ana Carolina Pedroso de Almeida
229 (IDR-PR). De tal maneira, o assunto proposto pelo Sr. Luiz não será levado para a VI Conferência
230 Estadual de SAN. No segundo dia de reunião plenária, os Conselheiros se reúnem para produzir os

231 documentos que irão subsidiar a realização da VI Conferência Estadual de SAN. Depois de
232 devidamente redigidos, os documentos foram apresentados e aprovados em plenária, para
233 posteriormente serem colocados dentro de normas da língua e inclusão de logos, pelo Secretário
234 Executivo do Conselho. Em prosseguimento, o Conselheiro Davi de Abreu, pede a palavra e explicita
235 que se sentiu constrangido pela representante do MPPR, Sra. Ana Carolina, ao solicitar o nome e
236 entidades dos Conselheiros que votaram de forma contrária à proposição apresentada no dia anterior.
237 O referido Conselheiro solicita ainda que seja registrado em ata a proferida situação de
238 constrangimento e solicita apoio dos demais presentes, sendo que os mesmos Conselheiros que
239 votaram de forma contrária a proposta do dia anterior, endossam a posição do Conselheiro Davi. O
240 Secretário Executivo clarifica ainda que nas votações do Consea Paraná, não se tem o hábito de
241 registrar o nome e entidade de quem votou a favor ou contra a determinado assunto, sendo que se
242 registra somente o quantitativo de votos. Na sequência, a Presidente Roseli passa a palavra para a
243 Conselheira Marilze Brandão, que faz a leitura do documento produzido pela Câmara de Direitos
244 Humanos do Consea Paraná, acerca de alguns problemas encontrados na execução do Programa
245 Compra Direta Paraná, principalmente na regional Maringá. A conselheira relata ainda que não está
246 satisfeita com a situação, pois a palavra lhe foi concedida já no final da plenária, com um número
247 reduzido de conselheiros. Outrossim, a conselheira também expressa indignação por não ter sido
248 ouvida na plenária de agosto, para apresentar as questões levantadas referentes ao Programa Compra
249 Direta, e assim na plenária poder tirar as dúvidas e discutir as questões levantadas, ouvindo as outras
250 Coresans e, verificando ainda, as dificuldades e os esclarecimentos e questionamentos que se faziam
251 necessários. Em relação ao relato apresentado, a Conselheira Márcia clarifica que as sugestões são
252 bem-vindas e que fará orientações mais específicas aos Chefes e técnicos das regionais, além de que
253 o Programa será melhor monitorado no novo edital. Para findar a plenária, a Presidente Roseli
254 agradece a presença de todas e todos, nos dois dias de intensos trabalhos e debates, reiterando que
255 espera encontrar todos na Conferência Estadual de SAN.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB